

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Cemig Geração Leste S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	11
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	14
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	16
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	17
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	19
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	20
1. CONTEXTO OPERACIONAL	20
2. BASE DE PREPARAÇÃO	21
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	23
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	24
6. IMOBILIZADO	24
7. INTANGÍVEL.....	25
8. FORNECEDORES	26
9. PROVISÕES	26
10. TRIBUTOS	27
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	27
12. RECEITA	29
13. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	30
14. CUSTOS GERENCIÁVEIS	30
15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	31
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	31
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	34
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	36
19. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	38
20. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO	42
TERMO DE RESPONSABILIDADE	45

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Leste S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A CEMIG GERAÇÃO LESTE

A Cemig Geração Leste S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Suas atividades operacionais iniciaram-se em 8 de junho de 2016.

A Cemig Geração Leste S.A. possui seis usinas hidrelétricas com capacidade instalada total de 35,17 MW (não auditado).

Parque Gerador – Características Físicas

Usina	Potência Total (Não auditado)	Garantia Física Total (Não auditado)	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
PCH TRONQUEIRAS	8,5	3,39	PCH	1955	26/12/2046
PCH DONA RITA	2,41	1,03	PCH	1959	19/07/2050
PCH SINCERIDADE	1,42	0,35	PCH	1963	12/03/2047
PCH NEBLINA	6,47	4,66	PCH	1948	19/04/2047
PCH PETI	9,4	6,18	PCH	1946	03/01/2053
PCH ERVALIA	6,97	3,19	PCH	1999	19/04/2047

Garantia Física Realizada e Esperada (não auditado)

Usina	2022 Realizado	2023 Realizado	2024	2025	2026	2027	2028
PCH TRONQUEIRAS	3,39	3,39	3,39	3,39	3,39	3,39	3,39
PCH DONA RITA	1,03	1,03	1,03	1,03	1,03	1,03	1,03
PCH SINCERIDADE	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35
PCH NEBLINA	4,66	4,66	4,66	4,66	4,66	4,66	4,66
PCH PETI	6,18	6,18	6,18	6,18	6,18	6,18	6,18
PCH ERVALIA	3,03	3,03	3,03	3,03	3,03	3,03	3,03

Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 01/01/2023	Preço no ACR em 01/01/2023	Data e índice de reajuste no ACR
Integral			
PCH TRONQUEIRAS	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$7.544 mil	(1)
PCH DONA RITA	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$2.704 mil	(1)
PCH SINCERIDADE	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$1.647mil	(1)
PCH NEBLINA	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$9.431 mil	(1)
PCH PETI	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$10.676 mil	(1)
PCH ERVALIA	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$8.124 mil	(1)

(1) Reajuste pelo IPCA em 06/2022, atualização dos custos de transmissão em 06/2022, previsto no Edital do Leilão que determina que após primeiro ano, 70% da energia comercializada em regime de cotas de garantia física, e 30% da energia comercializada livremente pelo detentor da concessão.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era de R\$100.569 mil, subscrito e integralizado, dividido em 100.568.929 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2024, a hidrologia verificada voltou a ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluenta (ENA) ficou em 76% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (69% MLT), Nordeste (57% MLT) e Norte (67% MLT) foram os mais impactados. A região Sul apresentou uma hidrologia elevada, de 133% MLT, oriunda do efeito do fenômeno EL Niño durante o primeiro semestre de 2024.

Apesar do cenário hidrológico bastante adverso, o armazenamento se manteve ao longo do ano em um patamar elevado frente aos últimos anos de baixa hidrologia. No final do período úmido (abril) o armazenamento estava em 75% no SIN, junto ao grupo de anos de maior armazenamento. No ponto mais baixo o armazenamento não ultrapassou 44%. Esse efeito ocorre pela sobre-oferta de energia do sistema e as restrições hidráulicas estabelecidas pelo ONS/ANA.

O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2024 teve dois momentos distintos. No primeiro semestre os PLDs ficaram próximos ao mínimo regulatório (R\$61,07/MWh), já no segundo semestre, apesar do bom armazenamento, os preços apresentaram forte elevação dado a baixa 14 hidrologia verificada e chegaram a R\$480/MWh em outubro. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,87, sendo o maior verificado em abril (1,04) e o menor em setembro (0,73).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,56% (7,26% em 2023).

Em 27 de março de 2025, foi publicado pela ANEEL o WACC de 7,91%, vigente no período de março de 2025 a fevereiro de 2026 para o segmento de geração.

INVESTIMENTOS

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Geração Leste S.A., realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2024, a companhia investiu R\$ 13.872 mil, desse montante destaca-se o seguinte investimento:

Usina	Investimentos
Peti	Construção de nova barragem

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um resultado regulatório de R\$32.516 mil em 2024, em comparação ao resultado de R\$33.757 mil em 2023, uma redução de 3,77% devido, principalmente, ao aumento dos custos e despesas operacionais.

Receita

A Cemig Geração Leste S.A. é concessionária de geração de energia elétrica nas PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 15/2016 – ME – PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

Fornecimento bruto de energia elétrica

A Cemig Geração Leste S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. A receita reconhecida em 2024 foi de R\$58.782 mil, comparada a R\$56.521 mil em 2023.

A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Custos e Despesas Operacionais

Os Custos Operacionais foram de R\$20.219 mil em 2024 (R\$18.597 mil em 2023), dos quais R\$6.821 mil referem-se aos custos não gerenciáveis (R\$5.935 mil em 2023) e R\$13.398 mil referem-se aos custos gerenciáveis (R\$12.662 mil em 2023). Os principais gastos referem-se a serviços de terceiros, no montante de R\$8.275 mil (R\$7.366 mil em 2023), e encargos de distribuição, no montante de R\$6.051 mil (R\$5.813 mil em 2023).

Esta última despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de geração e distribuição de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2024, a Companhia apurou despesas no montante de R\$2.734 mil (R\$3.109 mil em 2023) referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao resultado societário de R\$44.006 mil (R\$44.472 mil em 2023) antes dos efeitos fiscais, representando 6,21% (6,99% em 2022) de alíquota efetiva.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Apresentamos, abaixo, o cálculo do LAJIDA referente aos exercícios de 2024 e 2023. Destacamos que a margem do LAJIDA foi de 69,38% em 2024 (71,49% em 2023).

R\$ mil	2024	2023	Var. %
Resultado Regulatório	32.566	33.757	(3,53)
Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	2.734	3.109	(12,06)
Resultado Financeiro	(2.222)	(3.968)	(44,00)
Amortização e Depreciação	3.867	3.917	(1,28)
LAJIDA ⁽¹⁾	36.945	36.815	0,35

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis regulatórias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não

deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025 que, a seguinte proposta de destinação de resultado societário do exercício de 2024, no montante de R\$41.272, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.062 para constituição de reserva legal;
- R\$19.605 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$19.605 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Geração Leste, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$19.605 para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais especializados.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;

- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, especificamente para a população afeta ao PAE das barragens da Companhia, a Cemig continuou executando o cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens Cemig aos Planos de Contingência (Plancons) dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2024 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2024, foram executados:

- 07 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Tronqueiras e Poço Fundo e para as UHEs: Nova Ponte, Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), Cajuru, Salto Grande, Itutinga/Camargos, envolvendo 11 municípios envolvendo cerca 600 pessoas;
- 14 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado;
- 14 Relatórios de Revisão e Atualização dos PLANCONs-Planos de Contingência Municipais para municípios da ZAS das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado para 23 municípios;
- 20 Simulados Restritos/Individuais executados em 28 Pontos de Encontro nas ZAS das UHEs: Machado Mineiro, Irapé, Teodomiro Carneiro Santiago (Emborcação) e Três Marias envolvendo cerca de 200 pessoas evacuadas em 07 municípios.

Ainda em 2024, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os

temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Nova Ponte, Irapé e Queimado. Os eventos contaram com a participação de cerca de 128 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cíveis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Cemig Geração Leste S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Geração Leste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Geração Leste S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Leste S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Geração Leste S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Cemig Geração Leste S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de junho de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos Auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

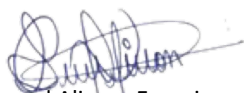
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.241	2.450
Investimentos temporários	4	16.311	4.942
Consumidores e revendedores	5	4.774	5.117
Serviços em curso		1	-
Tributos compensáveis		31	79
Outros ativos		19	-
		31.377	12.588
Ativos de operações descontinuadas			
Bens destinados à alienação	20	2.124	-
TOTAL DO CIRCULANTE		33.501	12.588
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos temporários	4	6.140	-
Tributos compensáveis		411	363
Imobilizado	6	29.299	14.799
Intangível	7	69.052	72.920
Direito de uso		197	132
Outros ativos		232	275
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		105.331	88.489
ATIVO TOTAL		138.832	101.077

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	7.053	2.849
Encargos setoriais	9	92	508
Impostos, taxas e contribuições	10	1.029	675
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	439	715
Dividendos a pagar	11	19.605	19.648
Convênio de compartilhamento	17	216	298
Passivo de arrendamento		119	12
TOTAL DO CIRCULANTE		28.553	24.705
NÃO CIRCULANTE			
Encargos setoriais		944	282
Impostos, taxas e contribuições	10	1.240	1.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	1.287	826
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		12	18
Passivo de arrendamento		94	131
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.577	2.279
TOTAL DO PASSIVO		32.130	26.984
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Capital social		100.569	100.569
Reservas de lucros		6.133	-
Prejuízos acumulados		-	(26.476)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		106.702	74.093
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		138.832	101.077

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA BRUTA	12a	58.782	56.521
Fornecimento de energia elétrica		15.354	14.886
Suprimento de energia elétrica		42.953	29.298
Energia elétrica de curto prazo		457	391
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		18	11.946
TRIBUTOS	12b	(4.869)	(4.545)
PIS/Pasep		(401)	(360)
Cofins		(1.849)	(1.662)
ICMS		(2.619)	(2.523)
ENCARGOS – PARCELA “A”	12b	(666)	(478)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(532)	(443)
Taxa de Fiscalização Serviço de Energia Elétrica – TFSEE		(134)	(35)
RECEITA LÍQUIDA	12	53.247	51.498
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PARCELA “A”	13	(6.821)	(5.935)
Encargos de uso da rede de distribuição		(770)	(122)
Energia elétrica comprada para revenda		(6.051)	(5.813)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		46.426	45.563
CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”		(13.348)	(12.665)
Pessoal e administradores	14a	(698)	(700)
Materiais		(205)	(550)
Serviços de terceiros	14b	(8.275)	(7.366)
Depreciação e amortização		(3.854)	(3.913)
Amortização do direito de uso		(13)	(4)
Outros custos operacionais		(303)	(132)
RESULTADO DA ATIVIDADE		33.078	32.898
Resultado financeiro	15	2.222	3.968
Receitas financeiras		2.320	4.067
Despesas financeiras		(98)	(99)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		35.300	36.866
Despesa com tributos sobre o lucro	16	(2.734)	(3.109)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		32.566	33.757

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	32.566	33.757
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	32.566	33.757

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)**

	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	100.569	-	(8.390)	92.179
Resultado do exercício	-	-	33.757	33.757
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos	-	(32.195)	-	(32.195)
Dividendos obrigatórios	-	-	(19.648)	(19.648)
Absorção de prejuízos regulatórios	-	10.480	(10.480)	-
Constituição de reservas:				-
Reserva legal	-	2.067	(2.067)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-
Retenção de Lucros	-	19.648	(19.648)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	100.569	-	(26.476)	74.093
Retorno de dividendos para reserva especial		19.648		19.648
Resultado do exercício	-	-	32.566	32.566
Constituição de reservas:				
Reserva legal	-	2.062	(2.062)	-
Reserva de retenção de lucros	-	10.899	(10.899)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	(19.605)	(19.605)
Absorção de prejuízos regulatórios		(26.476)	26.476	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	100.569	6.133	-	106.702

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	32.566	33.757
Ajustes por:		
Amortização e depreciação (Notas 6 e 7)	3.854	3.913
Amortização do direito de uso	13	4
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 16)	2.734	3.109
Juros passivo de arrendamento	7	11
Juros e variações monetárias (Nota 4)	(1.993)	(3.922)
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	(18)	(11.946)
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	-	(70)
	37.163	24.856
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	343	(526)
Serviços em curso	(1)	2
Tributos compensáveis	(408)	(644)
Outros ativos	(53)	(208)
	(119)	(1.376)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 8)	4.204	(231)
Impostos, Taxas e Contribuições (Nota 10)	572	188
Encargos setoriais	246	203
Convênio de compartilhamento (Nota 17)	(82)	1
Outras obrigações	60	-
	5.000	161
Caixa gerado nas atividades operacionais	42.044	23.641
Imposto renda e contribuição social pagos (Nota 16)	(2.141)	(1.797)
Juros recebidos (Nota 4)	1.333	3.872
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	41.236	25.716
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Investimentos Temporários (Nota 4)	(44.467)	(30.631)
Resgate de Investimentos Temporários (Nota 4)	27.647	54.383
Imobilizado (Nota 6)	(15.903)	
Intangível (Nota 7)	(711)	(939)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(33.434)	22.813
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 11)	-	(51.000)
Arrendamentos pagos	(11)	(12)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(11)	(51.012)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.791	(2.483)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.450	4.933
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	10.241	2.450

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016 foi constituída a Cemig Geração Leste S.A. (“Companhia”), sociedade anônima, tendo como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.843/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, da Cemig GT para a Cemig Geração Leste S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 14/2016 – MME – PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina e Ervália e nº 15/2016 – MME – PCHs Tronqueiras e Peti, ocorridos em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A Companhia (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW de potência instalada e 18,64 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de cotas de garantia física de energia e de potência das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.225, de 18/07/2023. Cerca de 30% da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Seguem apresentados no quadro abaixo os prazos das concessões da Companhia.

Usina	Fim da concessão
Dona Rita	07/2050
Ervália	04/2047
Neblina	04/2047
Peti	01/2053
Sinceridade	03/2047
Tronqueiras	12/2046

Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas, para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig Geração Leste S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, incluindo as alterações trazidas pelas Resoluções Normativas nºs 814/2018 e 933/2021.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 30 de junho de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos

valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 - Consumidores e Revendedores (contas a receber não faturado);
- Nota 6 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 7 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 12 – Receita (fornecimento não faturado de energia elétrica).
- Nota 20 – Ativos classificados como mantidos para venda (mensuração do valor justo).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Políticas contábeis regulatórias materiais

As principais políticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

a) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à bonificação pela outorga. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

b) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. A

depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de geração de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

A principal taxa está demonstrada na nota explicativa nº 6 das demonstrações contábeis regulatórias. Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, nos contratos de concessão com esta previsão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2024	2023
		2024	2023		
Contas Bancárias				355	81
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	CDI	98,0%	99,0%	2.623	119
Overnight	Pré-fixada	11,91% a 12,15%	11,42% a 11,65%	7.263	2.250
TOTAL				10.241	2.450

Estão divulgados na nota explicativa nº 18 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) as políticas contábeis materiais.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2024	2023
		2024	2023		
Aplicações Financeiras					
Circulante					
Certificados de Depósitos Bancários	CDI	-	103% a 104,3%	-	472
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2% a 112,0%	108,6% a 111,98%	12.749	3.045
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	12,41% a 12,45%	11,83% a 11,85%	3.304	1.373
Debêntures	TR+CDI	TR + 1% a 122,90% CDI	TR + 1% a 118,69% CDI	228	51
Fundos vinculados	-	-		30	1
				16.311	4.942
Não Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2% a 112,0%	-	6.140	-
				6.140	-
				22.451	4.942

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18 dessas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer Não Faturado	Saldos Vencidos	Total	
		Mais de 361 dias	2024	2023
Fornecimento Industrial	942	-	942	1.529
Suprimento a Outras Concessionárias	3.759	1	3.760	3.545
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	73	-	73	43
Total	4.773	1	4.774	5.117

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

6. IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024			2023		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Geração		14.198	(2.493)	11.705	14.654	(2.015)	12.639
Custo histórico	4,25	14.198	(2.493)	11.705	14.654	(2.015)	12.639
Em curso							
Geração		17.594	-	17.594	2.160	-	2.160
TOTAL AIS + AIC		31.792	(2.493)	29.299	16.814	(2.015)	14.799

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2023	Adição (A)	Baixas e Alienações (B)	Transferências (c)	Classificação como mantido p/ venda (D)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A) + (C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Geração										
Reservatórios, barragens e adutoras	2.391	-	-	-		2.391	-	(320)	2.071	2.159
Máquinas e equipamentos	11.786	-	(4)	348	(854)	11.276	(510)	(2.087)	9.189	10.069
Edificações, obras civis e benfeitorias	477	-	-	72	(18)	531	54	(86)	445	411
Subtotal	14.654	-	(4)	420	(872)	14.198	(456)	(2.493)	11.705	12.639

Ativo Imobilizado em curso – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2023	Adição (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Classificação como mantido p/ venda (D)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A) + (C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Geração										
Máquinas e equipamentos	488		-	(348)	(49)	91	(348)	-	91	488
Outros	1.672	15.903		(72)		17.503	15.831	-	17.503	1.672
Subtotal	2.160	15.903	-	(420)	(49)	17.594	15.483	-	17.594	2.160
Total do ativo Imobilizado	16.813	15.903	-	-	(921)	31.792	15.027	(2.493)	29.299	14.799

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso – R\$ Mil	Materiais/ equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Reservatórios, barragens e adutoras	-	11.845	11.845
Máquinas e equipamentos	479	838	1.317
Outros	-	2.741	2.741
Total das adições	479	15.424	15.903

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL na Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação em 2024 é de 4,25% (4,26% em 2023).

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, possuem autorização prévia da ANEEL para desvinculação, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

7. INTANGÍVEL

Ativo Intangível - R\$ Mil	2024			2023		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Geração	95.803	(27.462)	68.341	97.102	(24.182)	72.920
Bonificação pela Outorga	95.636	(27.438)	68.198	96.935	(24.166)	72.769
Extensão da concessão	154	(18)	136	154	(13)	141
Outros	13	(6)	7	13	(3)	10
Em curso	711	-	711	-	-	-
Total do Ativo Intangível	96.514	(27.462)	69.052	97.102	(24.182)	72.920

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2023	Adição (A)	Classificado como mantido p/ venda (B)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço								
Geração	97.102	-	(1.299)	95.803	(1.299)	(27.462)	68.341	72.920
Bonificação pela Outorga	96.935	-	(1.299)	95.636	(1.299)	(27.438)	68.198	72.769
Extensão da concessão	154	-	-	154	-	(18)	136	141
Outros	13	-	-	13	-	(6)	7	10
Em curso	-	711	-	711	711	-	711	-
Total do Ativo Intangível	97.102	711	(1.299)	96.514	(588)	(27.462)	69.052	72.920

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Cemig Geração Leste	154			
Dona Rita	11	03/07/2046	1.477	19/07/2050
Ervália	8	03/07/2046	290	19/04/2047
Neblina	11	03/07/2046	290	19/04/2047
Peti	113	05/01/2046	2.555	03/01/2053
Sinceridade	1	03/07/2046	252	12/03/2047
Tronqueiras	10	05/01/2046	355	26/12/2046

8. FORNECEDORES

	2024	2023
Suprimento e transporte de energia	724	643
Materiais e serviços	6.329	2.206
TOTAL	7.053	2.849

Os materiais e serviços apresentados compreendem, principalmente, mão de obra e materiais para manutenção e conservação das PCHs. Destaca-se a construção da nova barragem da PCH Peti, em substituição a barragem atual, responsável pela variação observada na rubrica.

9. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não é parte em processos cuja expectativa de perda seja considerada provável, baseada na avaliação de seus assessores legais.

O passivo contingente, cuja expectativa de perda é considerada possível, é constituído pelas ações de responsabilidade civil, no montante de R\$598 (R\$747 em 31 de dezembro 2023), em que se discute indenização por danos materiais, em decorrência de inundação, provocada pela abertura das comportas da Usina Hidrelétrica de Peti, no Rio Santa Bárbara. Além disso, há ações ambientais, no montante de R\$12, nas quais se discute a suposta ausência de autorização ambiental para funcionamento.

10. TRIBUTOS

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	2024	2023
Circulante		
ICMS	239	202
Cofins	129	131
PIS/Pasep	28	28
INSS	280	189
ISSQN	298	85
Outros	54	40
	1.028	675
Não circulante		
Cofins	1.014	840
PIS/Pasep	227	182
	1.240	1.022
TOTAL	2.269	1.697

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia era de R\$100.569, subscrito e integralizado, dividido em 100.568.929 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

b) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2024	2023
Reserva legal	2.062	12.517
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	-	25.587
Reserva de retenção de lucros	30.547	-
Absorção de prejuízos regulatórios	(26.476)	(38.104)
	6.133	-

Reserva Legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.062 de reserva legal em 2024, correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício societário ajustado conforme previsto na legislação.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício de 2023, no montante de R\$19.648 em 2024, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo dessa forma, o saldo da reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido Societário do exercício, ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2024	2023
Dividendos obrigatórios		
Resultado societário do exercício	41.272	41.363
Reserva legal constituída	(2.062)	(2.067)
	39.209	39.296
Dividendos obrigatórios - 50%	19.605	19.648
Dividendos propostos		
Dividendos obrigatórios	19.605	19.648
Total	19.605	19.648

c) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.648
Constituição de reserva especial - dividendos obrigatórios ref. 2023	(19.648)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2024	19.605
Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.605

d) Destinação do Resultado Societário de 2024 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 2025 que, a seguinte proposta de destinação de resultado do exercício de 2024, no montante de R\$41.272, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.062 para constituição de reserva legal;
- R\$19.605 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$19.605 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Geração Leste, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$19.605 para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

12. RECEITA

	2024	2023
Fornecimento Industrial	14.412	13.732
Fornecimento não faturado - Industrial	942	1.154
Transações com energia na CCEE	457	391
Suprimento cotas - Geração própria	43.908	30.308
Suprimento não faturado (cotas) - Geração própria	(955)	(1.010)
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	18	11.946
Suprimento bruto de energia elétrica (a)	58.782	56.521
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(5.535)	(5.023)
	53.247	51.498

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Nº de Consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Fornecimento Industrial	4	4	38.210	39.880	14.412	13.732
Fornecimento Não Faturado	-	-	-	-	942	1.154
Suprimento Faturado ⁽¹⁾	83	76	104.126	103.692	43.908	30.308
Suprimento Não Faturado	-	-	-	-	(955)	(1.010)
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	457	391
Total	87	80	142.336	143.572	58.764	44.575

(1) Inclui contratos de vendas no ACR às distribuidoras e vendas no ACL às comercializadoras.

b) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2024	2023
Tributos sobre a receita		
ICMS	2.619	2.523
Cofins	1.849	1.662
PIS/Pasep	401	360
	4.869	4.545
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	149	124
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	213	177
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	106	89
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	134	35
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
CDE sobre P&D	64	53
	666	478
Total	5.535	5.023

13. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

	2024	2023
Energia Elétrica Comprada para Revenda – Curto Prazo	770	122
Encargos de Uso da Rede de Distribuição	6.051	5.813
	6.821	5.935

14. CUSTOS GERENCIÁVEIS

	2024	2023
Pessoal e administradores (a)	698	700
Materiais	205	550
Serviços de terceiros (b)	8.275	7.366
Depreciação e amortização	3.867	3.917
Outros custos e despesas operacionais líquidos	303	132
	13.348	12.665

a) Pessoal e Administradores

	2024	2023
Pessoal		
Outros		
Convênio de compartilhamento	651	661
	651	661
Administradores		
Honorários e Encargos (Diretoria e Conselho)	35	35
Participação nos resultados	8	-
Benefícios dos Administradores	4	4
	47	39
TOTAL	698	700

b) Serviços de terceiros

	2024	2023
Convênio de compartilhamento - O&M	1.584	1.483
Manutenção, conservação e instalações	5.053	4.227
Vigilância	160	169
Conservação e limpeza de prédios	15	18
Meio ambiente	1.151	870
Tecnologia da informação	181	161
Auditoria externa	36	34
Outros	95	404
TOTAL ⁽¹⁾	8.275	7.366

(1) Os serviços de terceiros abrangem, principalmente, os serviços de engenharia, operação e manutenção prestados no âmbito do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos vinculados aos processos de Engenharia, firmado entre a controladora CEMIG GT e suas subsidiárias integrais, vide nota explicativa nº17.

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	2.284	3.945
Acréscimos moratórios de contas de energia	-	12
Variações monetárias - Restituição a concessionárias	-	70
Outras receitas financeiras	36	40
	2.320	4.067
Despesas financeiras		
Juros passivo de arrendamento	(7)	(11)
Outras variações monetárias	(7)	-
Outras despesas financeiras	(84)	(88)
	(98)	(99)
Resultado financeiro líquido	2.222	3.968

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2024	2023
Circulante		
Imposto de renda	225	376
Contribuição social	214	339
TOTAL	439	715

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Não Circulante		
Imposto de Renda	861	538
Contribuição Social	426	288
TOTAL	1.287	826

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2024	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	58.734	58.734
ICMS ST	(86)	(86)
Percentual de Presunção	8%	12%
	4.692	7.038
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.405	1.405
Outras Receitas Financeiras	36	36
Exclusões da Receita - CM s/ indêbitos fiscais	(21)	(21)
Base de Cálculo Lucro Presumido	6.111	8.457
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	917	761
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	587	
IR e CS - Lucro Presumido	1.504	761
Rendas Aplicações não resgatadas	879	879
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Rendas não resgatadas diferidas	220	79
LUCRO PRESUMIDO - REGIME CAIXA X COMPETÊNCIA		
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	5.510	5.510
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	441	661
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	110	60
Devolução Suprimento Cotas		
Suprimento não faturado	-	-
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	-	-
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	-	-
LUCRO PRESUMIDO - Amortização custo GSF		
AMORTIZAÇÃO GSF (receita diferida)	5	5
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	0	1
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	0	0
Corrente	1.504	761
Diferido	330	139

	2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	44.431	44.431
ICMS ST	81	81
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	3.548	5.322
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	5.175	5.175
Outras Receitas Financeiras	52	52
Exclusões da Receita - CM s/ indêbitos fiscais	(26)	(26)
Base de Cálculo - Lucro Presumido	8.749	10.523
Alíquotas	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	1.312	947
Adicional (10% valor superior a R\$240)	851	
IR e CS – Lucro Presumido	2.163	947
Rendas aplicações	3.945	3.945
Rendas aplicações resgatadas	(5.175)	(5.175)
Rendas aplicações não resgatadas	(1.230)	(1.230)
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos - Rendas Aplicações não resgatadas	(307)	(111)
Receita por competência diferida	4.475	4.475
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	358	537
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido - receita por competência	90	48
Devolução Suprimento Cotas		
Suprimento não faturado	9.057	9.057
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	725	1.087
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	181	98
Amortização custos GSF	5	5
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	-	1
Alíquota	25%	9%
Total	-	-
Corrente	2.163	947
Diferido	(36)	35

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Distribuição	301	288	-	-	3.560	2.496	(21)	(63)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	431	312	-	-	(3.057)	(2.607)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	298	-	-	-	(298)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	216	-	-	-	(764)	(587)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.045	239	-	-	(2.086)	(1.483)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Geração e Transmissão	-	-	19.605	19.648	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$39.210. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 11.

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Caixa e equivalentes	7.263	2.250	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	16.281	4.939	-	-	944	55	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	6.140	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	35	36
Participação nos resultados	11	8
Previdência privada	4	3
Total ⁽¹⁾	50	47

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e revendedores		4.774	4.774	5.117	5.117
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	7.264	7.264	2.250	2.250
Investimentos temporários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	-	-	472	472
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	18.889	18.889	3.045	3.045
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	3.304	3.304	1.373	1.373
Debêntures	2	228	228	51	51
		29.685	29.685	7.191	7.191
		34.459	34.459	12.308	12.308
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(7.053)	(7.053)	(2.849)	(2.849)
Passivo de arrendamentos		(213)	(213)	(143)	(143)
		(7.266)	(7.266)	(2.992)	(2.992)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento;
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	7.053	-	-	-	-	7.053
Passivo de arrendamento (*)	10	10	113	54	98	285
TOTAL	7.063	10	113	54	98	7.338

(*) Informações apresentadas em valor nominal.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas suas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

19. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do Ativo Societário e Regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		10.241	-	10.241	2.450	-	2.450
Investimentos temporários	19.2	16.311	(30)	16.281	4.942	(1)	4.941
Consumidores e revendedores		4.774	-	4.774	5.117	-	5.117
Serviços em curso	19.3	1	(1)	-	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	19.1	-	18.787	18.787	-	18.035	18.035
Tributos compensáveis		31	-	31	79	-	79
Outros créditos	19.2	19	31	50	-	3	3
		31.377	18.787	50.164	12.588	18.037	30.625
Bens destinados à alienação	19.4	1.344	(1.344)	-	-	-	-
Ativo não circulante mantido para venda	19.4	780	4.428	5.208	-	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		33.501	21.871	55.372	12.588	18.037	30.625
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos temporários		6.140	-	6.140	-	-	-
Tributos compensáveis		411	-	411	363	-	363
Ativo financeiro da concessão	19.1	-	119.613	119.613	-	119.311	119.311
Imobilizado		29.299	-	29.299	14.799	-	14.799
Intangível	19.1	69.052	(68.199)	853	72.920	(72.769)	151
Direito de uso		197	-	197	132	-	132
Outros créditos		232	-	232	275	1	276
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		105.331	51.414	156.745	88.489	46.543	135.032
ATIVO TOTAL		138.832	73.285	212.117	101.077	64.580	165.657

b) Conciliação do Passivo Societário e Regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		7.053	-	7.053	2.849	-	2.849
Encargos setoriais	19.3	92	(1)	91	508	-	508
Impostos, taxas e contribuições		1.029	-	1.029	675	-	675
Imposto de renda e contribuição social a recolher		439	-	439	715	-	715
Dividendos		19.605	-	19.605	19.648	-	19.648
Convênio de compartilhamento		216	-	216	298	-	298
Passivo de arrendamentos		119	-	119	12	-	12
TOTAL DO CIRCULANTE		28.553	(1)	28.552	24.705	-	24.705
NÃO CIRCULANTE							
Encargos setoriais		944	-	944	282	-	282
Impostos, taxas e contribuições		1.240	-	1.240	1.022	-	1.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.287	-	1.287	826	-	826
Passivo de arrendamentos		94	-	94	131	-	131
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		12	-	12	18	-	18
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.577	-	3.577	2.279	-	2.279
TOTAL DO PASSIVO		32.130	(1)	32.129	26.984	-	26.984
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		100.569	-	100.569	100.569	-	100.569
Reservas de lucros	19.1	6.133	73.286	79.419	-	38.104	38.104
Lucros (Prejuízos) Acumulados		-	-	-	(26.476)	26.476	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		106.702	73.286	179.988	74.093	64.580	138.673
PASSIVO TOTAL		138.832	73.285	212.117	101.077	64.580	165.657

c) Conciliação do Resultado Societário e Regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA		58.782	5.481	64.263	56.521	4.331	60.852
Fornecimento de energia elétrica		15.354	-	15.354	14.886	-	14.886
Suprimento de energia elétrica		42.953	-	42.953	29.298	-	29.298
Energia elétrica de curto prazo		457	-	457	391	-	391
Amortização do ativo financeiro	19.1	-	(19.674)	(19.674)	-	(18.972)	(18.972)
Atualização do ativo financeiro	19.1	-	25.155	25.155	-	23.303	23.303
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		18	-	18	11.946	-	11.946
TRIBUTOS		(4.869)	-	(4.869)	(4.545)	-	(4.545)
PIS/Pasep		(401)	-	(401)	(360)	-	(360)
Cofins		(1.849)	-	(1.849)	(1.662)	-	(1.662)
ICMS		(2.619)	-	(2.619)	(2.523)	-	(2.523)
ENCARGOS		(666)	-	(666)	(478)	-	(478)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(532)	-	(532)	(443)	-	(443)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(134)	-	(134)	(35)	-	(35)
RECEITA LÍQUIDA		53.247	5.481	58.728	51.498	4.331	55.829
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS		(6.821)	-	(6.821)	(5.935)	-	(5.935)
Encargos de uso da rede de distribuição		(770)	-	(770)	(122)	-	(122)
Energia elétrica comprada para revenda		(6.051)	-	(6.051)	(5.813)	-	(5.813)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		46.426	5.481	51.907	45.563	4.331	49.894
CUSTOS GERENCIÁVEIS		(13.348)	3.225	(10.123)	(12.665)	3.275	(9.390)
Pessoal e administradores		(698)	-	(698)	(700)	-	(700)
Materiais		(205)	-	(205)	(550)	-	(550)
Serviços de terceiros		(8.275)	-	(8.275)	(7.366)	-	(7.366)
Depreciação e amortização	19.1	(3.854)	3.225	(629)	(3.913)	3.275	(638)
Amortização direito de uso		(13)	-	(13)	(4)	-	(4)
Outros custos operacionais		(303)	-	(303)	(132)	-	(132)
RESULTADO DA ATIVIDADE		33.078	8.706	41.784	32.898	7.606	40.504
Resultado financeiro		2.222	-	2.222	3.968	-	3.968
Receitas financeiras		2.320	-	2.320	4.067	-	4.067
Despesas financeiras		(98)	-	(98)	(99)	-	(99)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		35.300	8.706	44.006	36.866	7.606	44.472
Despesa com tributos sobre o lucro		(2.734)	-	(2.734)	(3.109)	-	(3.109)
Resultado líquido		32.566	8.706	41.272	33.757	7.606	41.363

d) Conciliação do Patrimônio Líquido Societário e Regulatório

	2024	2023
Patrimônio líquido societário	179.988	138.673
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga – Ajuste aporte de acionistas	(2.634)	(2.634)
Bonificação pela outorga – Ajuste resultado	(70.648)	(61.942)
Operações de arrendamento mercantil	(4)	(4)
Patrimônio líquido regulatório	106.702	74.093

e) Conciliação do Lucro Líquido Societário e Regulatório

	2024	2023
Lucro Líquido Societário	41.272	41.363
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela Outorga	(5.481)	(4.331)
Amortização - Ativo Intangível	(3.225)	(3.275)
Total dos ajustes de práticas contábeis	(8.706)	(7.603)
Lucro Líquido Regulatório	32.566	33.757

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

19.1. Bonificação pela outorga

Na contabilidade societária, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão, registrados como Atualização do Ativo Financeiro. Os valores recebidos são reconhecidos como Amortização do Ativo Financeiro constituído.

Na contabilidade regulatória, a bonificação pela outorga foi reconhecida como um ativo intangível, a ser amortizado durante o período da concessão. Os valores recebidos são reconhecidos como receita.

O valor do aporte dos acionistas apresentou diferença entre os valores societários e regulatórios em função das diferenças de critérios contábeis relacionados a bonificação de outorga, no período de janeiro a maio de 2016, registrados originalmente nas demonstrações financeiras da Controladora. Tais diferenças geraram redução no patrimônio líquido na contabilidade regulatória, e o valor líquido deste impacto está devidamente demonstrado na DMPL.

19.2. Investimentos temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em fundos vinculados.

19.3. Serviços em curso - Serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.98 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em encargos setoriais, considerando a sua expectativa de realização.

19.4 Bens destinados à alienação

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens destinados à alienação devem ser apresentados em conta específica, em observância à técnica de funcionamento 7.2.29 do MCSE.

Na contabilidade societária, estes valores são apresentados como parte do saldo de ativos classificados como mantidos para venda.

20. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo dos bens destinados à alienação, mensurados a valor justo, é como segue:

	2024	2023
Imobilizado e Intangível - Usina	2.124	-
	2.124	-

Transferência onerosa de 4 PCH/UHEs

Em 1º de abril de 2024, foi publicado edital para realização de leilão público presencial, a ser conduzido pela B3, visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia elétrica de 4 PCHs/UHEs, sendo uma 1 PCH da Cemig GT e 3 de suas subsidiárias integrais, conforme segue:

Empresa/Usina	Tipo	Início da operação	Potência instalada (MW) ¹	Garantia física (MWm) ¹	Vigência	Situação operacional	Local
Cemig GT							
PCH Machado Mineiro	Autorização	1992	1,7	1,1	Maio, 2027	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Leste							
UHE Sinceridade	Concessão	1963	1,4	0,4	Março, 2047	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Sul							
UHE Marmelos	Concessão	1915	4	2,7	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Oeste							
UHE Martins	Concessão	1950	7,7	1,8	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Total			14,8	6,0			

Conforme CPC 31, a classificação de ativos como mantidos para venda deve ser realizada quando do início de uma programa firme para conclusão do plano de alienação. Em abril de 2024, foi realizada a classificação como mantidos para venda.

Durante as atividades preliminares para preparação do leilão, foi realizada a avaliação dos ativos, a qual apurou um valor mínimo de R\$29,1 milhões para o lote único das usinas. Essa avaliação foi realizada por meio do método do fluxo de caixa descontado, considerando as usinas de forma individualizada, e pela avaliação patrimonial dos terrenos.

Em 27 de junho de 2024, a CEMIG GT suspendeu o leilão. A suspensão ocorreu pela ausência de apresentação de propostas, conforme edital publicado. Em 23 de setembro de 2024 a controladora reavaliou o projeto, visando atender às diretrizes do seu planejamento estratégico de perseguir a otimização do portfólio de ativos, sua eficiência operacional e a alocação de capital e republicou, o leilão na B3 com previsão para realização do leilão em 05 de dezembro de 2024, conforme cronograma do Edital.

Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o leilão público na B3. O lance vencedor foi apresentado pela empresa Âmbor Hidroenergia LTDA no valor de R\$52 milhões, o que representa um ágio de 78,8% em relação ao preço mínimo de R\$29,1 milhões.

Em 20 maio de 2025, foi concedida tutela de urgência para suspender os efeitos do edital e do contrato dele derivado, pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, em ação popular movida contra o Leilão público de alienação das 4 PCHs/UHEs.

Em 23 de maio de 2025, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais suspendeu, até o trânsito em julgado da decisão de mérito, a liminar proferida nos autos da ação popular contra o edital e o contrato do leilão de alienação dos direitos de exploração de serviços de geração de energia das 4 usinas de pequeno porte.

Assim, a decisão restabelece os efeitos do Leilão realizado em 05/12/2024 para o desinvestimento das usinas de Machado Mineiro, Sinceridade, Martins e Marmelos.

A presente alienação está em linha com as diretrizes do Planejamento Estratégico da Cemig, que preconiza uma otimização do portfólio e uma melhor alocação de capital.

* * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG -121.569/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 30 de junho 2025

Outorgada: Cemig Geração Leste S.A.

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo
Diretor- Presidente

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e Relações com
investidores

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Phillipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador- CRC-MG-121.569/O-7

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.